

O argumento intervencionista



Por LÍCIO CAETANO DO REGO MONTEIRO*

Golfo do México, Canal do Panamá, Groenlândia: sintomas de um isolacionismo ofensivo?

Donald Trump tomou posse e em seu discurso só falou sobre o mundo além de suas fronteiras ao mencionar o Canal do Panamá e o Golfo do México rebatizado. Dias antes, retomou o antigo desejo de 6 anos atrás: comprar a Groenlândia. Territórios expoentes do sonho de expansão territorial dos EUA parecem reluzir para ofuscar o vazio discursivo sobre o resto do mundo.

Em meio a guerras no Oeste da Ásia e na Europa e à competição econômica e política com a China, parece que fazer a América grande outra vez é uma forma de compensar sua recusa ou incapacidade de operar além da própria sombra. Não que a sombra estadunidense seja pequena - é metade do mundo, pelo menos no que chamam de Hemisfério Ocidental. Mas o dilema entre se isolar no hemisfério ou intervir nos demais continentes baliza a política externa dos EUA há cerca de 200 anos.

Talvez seja ir longe demais. Não estava ainda no radar de Monroe atuar além-mar para garantir qualquer tipo de equilíbrio global. A tarefa ainda estava na mão dos ingleses, verdadeiros garantidores da doutrina por ele enunciada. O que estava em jogo era a possibilidade de fazer do continente um espaço isento da intervenção de qualquer potência extracontinental.

O intento de Monroe só se tornou realmente possível - sem o fiador britânico - na virada do século, depois do incremento da navegação a vapor, a consolidação de uma força naval robusta e o controle sobre o que Mahan chamou de Mediterrâneo Americano - o mar do Caribe. A guerra hispano-americana deu aos EUA colônias e pontos de apoio no Pacífico e no Caribe. A separação do Panamá e a passagem de bastão europeu para a abertura do Canal sob domínio exclusivo dos EUA abriram a rota mais cobiçada do século. A resposta ao bloqueio da Venezuela em 1902 foi a demonstração de que as potências europeias deveriam deixar os canhões de lado ao virem cobrar dívidas - ou nem se preocupar mais com isso, pois a partir de então a dívida seria em dólar.

O sucesso dos EUA em se expandir alheios aos conflitos no Velho Mundo ganharam um nome que mistura interpretação histórica e prognóstico político: o isolacionismo. A história conta a vantagem da posição norte-americana ao se distanciar dos conflitos europeus e usar as rivalidades além-mar para seu próprio proveito. Assim foi com a Guerra dos Sete Anos, que antecedeu a independência dos EUA. Depois com as Guerras Napoleônicas, quando os EUA expandiu seu território, adquirindo a Lousiana. Mais tarde, enfrentando diretamente o império decadente da Espanha para reforçar suas posições no hemisfério. E, finalmente, na I Guerra Mundial, quando se ergue acima dos escombros europeus como parque industrial e centro financeiro global.

A cada guerra na Europa, os EUA se via mais forte. E às vésperas da II Guerra Mundial, a impressão geral era a de uma nova rodada de fortalecimento norte-americano em face da carnificina alheia. *Tertius gaudens* é a expressão latina para indicar "o terceiro que ri", ou que se beneficia, diante da briga entre duas partes.

a terra é redonda

É então que o embate se deu entre os que se fixaram ao isolacionismo histórico e os que apontaram para um novo caminho, o intervencionismo. A querela entre as duas posições está muito bem documentada pelo geopolítico americano Nicholas Spykman, defensor do intervencionismo.

O argumento central do intervencionismo era o de que os EUA deveriam intervir diretamente no “equilíbrio de poder” na Europa e na Ásia, para evitar a unificação dos continentes por forças dominantes - a Alemanha e o Japão - que prevalecessem sobre os demais competidores em seus continentes. A geografia cumpriu seu papel na querela. Um mapa de projeção polar foi difundido para demonstrar que o isolamento dos EUA não era tão seguro, uma vez que a Europa estava logo ali, ainda mais com o advento da nova guerra aérea.

A questão era: os EUA deveriam ou não entrar na guerra? Apesar de não expressar necessariamente uma clivagem ideológica, as personalidades mais condescendentes com a ascensão nazista tendiam ao isolacionismo, afinal a Alemanha representaria um bloqueio ao perigo comunista na Europa. Já o campo intervencionista foi endossado pelos estratos mais à esquerda - afinal, lutar na Europa seria enfrentar o nazi-fascismo.

O argumento intervencionista venceu e prevaleceu a partir de então. Durante toda a Guerra Fria, passando pelos anos 1990 unipolares, a guerra ao terror até a ascensão chinesa recente, não houve muita dúvida entre os americanos sobre a necessidade de marcar sua presença no mundo, seja em seu quintal, seja em sua antípoda. Não que a política externa norte-americana fosse resolvida. A questão passou a ser: o que fazer no mundo? Competição espacial, intervenções humanitárias, guerras contra o terror, prevenção contra potências emergentes, patrocínio de mudança de regimes, sanções punitivas, império de bases militares e todo o repertório conhecido da presença direta e indireta do poder global americano.

Por trás das dúvidas, uma certeza: os EUA eram a potência militar mais forte no globo, com capacidades que lhe faziam insuperáveis em qualquer disputa. A certeza se expressava num amplo horizonte de ação dos EUA. O que surpreende no discurso de posse dos EUA é o encurtamento do horizonte, combinado com o reforço de uma posição ostensiva que enfatiza a dominação mais do que a liderança. Mas os olhos ameaçadores de Donald Trump não se voltam contra inimigos potenciais que sejam páreos ao poder norte-americano, nominalmente, Rússia e China. São os aliados ocidentais que parecem agora estar diante de um novo big stick - imagem que recupera um momento ascendente dos EUA, mas que hoje pode ser a expressão de sua fase descendente.

Não se trata de mais uma versão do “mito do colapso americano”, como nomeado por Fiori há 15 anos, quando a crise financeira alimentava a ideia de uma decadência inexorável anunciada - e refutada - há pelo menos cinco décadas. A hipótese aqui é só uma outra forma de interpretar a histriônica agressividade norte-americana demonstrada por Donald Trump no início de seu mandato. Talvez se fale de Groenlândia para não falar de Ucrânia, de Golfo do México para não falar de Golfo Pérsico, ou de Canal do Panamá para não falar da integração euroasiática promovida pela China. Entre os diabinhos soprando no ouvido do novo líder do império americano, estaria o diabinho do isolacionismo finalmente falando mais alto do que o do intervencionismo?

No pré II Guerra, o geógrafo S. W. Boggs tentou traçar o domínio exato do que seria o Hemisfério Ocidental em que imperava a Doutrina Monroe e incluiu a Groenlândia na “América para os americanos”. O que estava em jogo na época era demarcar de forma mais segura o afastamento entre Europa e América. Hoje, o domínio da Groenlândia pode ter outros significados: competição no Ártico, acesso a água potável, exibicionismo da ampliação territorial como demonstração de força? Em breve, veremos se é mera bravata, como foi em 2019, ou algum projeto consistente.

O Canal do Panamá, por sua vez, tem visto sua importância relativa no comércio mundial reduzir. Os principais portos do mundo estão hoje na Ásia e rotas comerciais alternativas se anunciam diante de dificuldades operacionais do Canal - inclusive por conta da escassez hídrica relacionada a mudanças climáticas. Se há pouco mais de um século foi necessário cindir a Colômbia para garantir o controle do Panamá, não custaria agora novamente retomar a “criatura” panamenha em favor do “criador”. Ocorre que o significado econômico desse ato de triunfo da vontade imperial seria hoje muito menor do

a terra é redonda

que o domínio e a construção do Canal em 1914.

O novo batismo do Golfo do México pode ter apenas efeitos simbólicos, mas expressa talvez a projeção de uma nova atitude norte-americana sobre o aproveitamento dos recursos de petróleo e gás que estão em seu próprio quintal - o que sinaliza também para o que pode ocorrer em outro lugar importante nesse tema, que é a Venezuela. A retórica se dá numa ofensiva contra migrantes latino-americanos que terá efeito direto para o México e para os vizinhos centro-americanos. Migração e petróleo podem ser aí temas que impliquem diretamente o envolvimento norte-americano em todo o seu Mediterrâneo - que inclui Colômbia e Venezuela, desde Mahan.

Ao ambicionar explicitamente a redefinição de fronteiras e a prevalência da força sobre o direito na expansão de territórios, Donald Trump parece se comportar como Putin e Netanyahu - e legitimar o modus operandi que eles adotam. Não que as ambições de poder dos EUA ao redor do mundo sejam uma novidade. Mas historicamente, desde a guerra hispano-americana, a expansão dos EUA não se deu com aquisições territoriais, mas pela combinação do domínio do comércio, das finanças, da tecnologia e da capacidade militar - incluindo aí o "império de bases". Territórios e fronteiras foram, para os Estados Unidos no século XX e início do XXI, muito mais algo a atravessar livremente - o dos outros - do que a reter.

Isolacionismo ofensivo parece uma contradição, mas é uma maneira de expressar um duplo movimento. Isolacionismo, pois recupera o sentido pré-II Guerra Mundial de uma linha de defesa marcada pelo conceito de Hemisfério Ocidental, onde os EUA exercia um domínio (não-territorial) exclusivo. Ofensivo, pois esse movimento se dá suprimindo de seus aliados, dentro de sua área de influência, o saldo necessário para se manter à frente - ou no páreo - na competição global.

O citado livro de Spykman gastou metade de suas páginas para falar do dilema do isolacionismo vs. intervencionismo diante do equilíbrio de poder global, mas a outra metade foi dedicada à disputa pela América do Sul, o que era importante na visão intervencionista - e mais ainda o seria numa visão isolacionista. Aguardemos a atualização dos capítulos que nos tocam mais diretamente.

*Licio Caetano do Rego Monteiro é professor do Departamento de Geografia da UFRJ.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[CONTRIBUA](#)